

ANDRÉ LUÍS PINTO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE
DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS, REGISTRO E SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS.**

PROF. DR. SEBASTIÃO NETO RIBEIRO GUEDES

PROF^a. DR^a. LUCIANA TOGEIRO DE ALMEIDA



ARARAQUARA – SP

2011

ANDRÉ LUÍS PINTO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE
DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS, REGISTRO E SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de
Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências
e Letras – Unesp /Araraquara, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

ARARAQUARA - SP

2011

Silva, Andre Luis Pinto da

Desenvolvimento rural no Estado de São Paulo: uma análise da região administrativa de Campinas, Registro e São José dos Campos / Andre Luis Pinto da Silva. – 2011

54 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

1. Economia – São Paulo (Estado). 2. Desenvolvimento rural.
I. Título.

ANDRÉ LUÍS PINTO DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE
DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS, REGISTRO E SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de
Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências
e Letras – Unesp /Araraquara, como requisito
para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Data da defesa/entrega: 13/11/2011

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes

Universidade Estadual Paulista

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Luciana Togeiro de Almeida

Universidade Estadual Paulista

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

À todos que de alguma forma fazem parte da minha vida, principalmente a meus pais, pois sem eles não estaria aqui, a minha irmã e meus amigos(as) que sempre me ajudaram quando necessário.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar o desenvolvimento rural no Estado de São Paulo, tendo como comparação as regiões administrativas de Campinas, Registro e São José dos Campos. Além disso, serão estudados os novos conceitos e atores da nova ruralidade brasileira juntamente com as ações e modificações na União Européia no que tange ao desenvolvimento rural, bem como as mudanças estruturais e sociais da antiga dicotomia CIDADE - CAMPO.

Palavras-chave: ruralidade, desenvolvimento rural, transformação.

ABSTRACT

This study aims to examine rural development in the State of São Paulo, comparing the administrative regions of Campinas, Registro, and São Jose dos Campos. In addition, it will be studied new concepts and new actors in rural Brazil together with actions and changes in the European Union regarding the rural development, as well as structural and social changes of the old dichotomy CITY – COUNTRYSIDE.

Keywords: rural, rural development, transformation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Participação das regiões adm. no PIB do Estado	34
Tabela 02	PIB per capita	34
Tabela 03	PIB per capita deflacionado	35
Tabela 04	População total, urbana, rural e grau de urbanização	36
Tabela 05	Densidade demográfica	37
Tabela 06	Frota de Veículos	37
Tabela 07	Habitantes por automóvel	38
Tabela 08	Razão de dependência demográfica	38
Tabela 09	Média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos	39
Tabela 10	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais	39
Tabela 11	Participação da agropecuária no total do valor adicionado	40
Tabela 12	Rendimento médio no geral	41
Tabela 13	Rendimento médio na agropecuária	41
Tabela 14	Rendimento médio masculino na agropecuária	41
Tabela 15	Rendimento médio feminino na agropecuária	42
Tabela 16	Rendimento médio na indústria	42
Tabela 17	Rendimento médio no comércio	42
Tabela 18	Total de vínculos empregatícios	43
Tabela 19	Total de vínculos empregatícios na agricultura	43
Tabela 20	Participação dos vínculos empregatícios na agropecuária no total de vínculos	43
Tabela 21	Participação dos vínculos empregatícios na indústria no total de vínculos	44
Tabela 22	Participação dos vínculos empregatícios no comércio no total de vínculos	44
Tabela 23	Valor médio da terra nua	44
Tabela 24	Preço médio pago na colheita	45
Tabela 25	Salário médio no campo – Função: Administrador	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A NOVA RURALIDADE E SEUS DESAFIOS	11
CAPÍTULO II - ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE CAMPINAS, REGISTRO E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	22
2 Introdução	22
2.1 História de São Paulo	22
2.2 História da Região Administrativa de Campinas	26
2.3 História da Região Administrativa de Registro	29
2.4 História da Região Administrativa de São José dos Campos	30
2.5 Desigualdades regionais do desenvolvimento	32
2.5.1 Condicionantes e características	33
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

Atualmente, com o processo de mudança que está ocorrendo no país e no mundo como resultado da globalização e das inovações tecnológicas, a terra, que antes era usada apenas para produção de bens alimentícios e de subsistência, recebe agora novos papéis e atores dentro de seu espaço, bem como se integra mais estritamente a cidade, e vice-versa.

Isso mudou a própria percepção da sociedade em relação ao rural. A noção do que é rural está em transformação e a afirmação de que o mesmo é sinônimo de atraso, pobreza e decadência, em contraposição à cidade como sinônimo de progresso, riqueza e evolução já não se aplicam como antes.

Para ANJOS (2001), o novo rural brasileiro é:

(...) a expressiva emergência e/ou ampliação de atividades não agrícolas no campo nacional e da pluriatividade praticada pelos residentes no meio rural (...) (ANJOS, 2001, p.60).

Tendo isso em conta, esta monografia pretende analisar de uma perspectiva comparativa, o desenvolvimento rural de três regiões administrativas do Estado de São Paulo, quais sejam, a Região Administrativa de Campinas, Registro e São José dos Campos.

Para isto, a monografia esta estrutura em dois capítulos. O primeiro capítulo refere-se a uma análise sobre a nova ruralidade e seus desafios, tendo por base as transformações e os novos atores sociais que surgem. O segundo Capítulo é referente às análises comparativas entre as Regiões Administrativas citadas acima, de forma a analisar o desenvolvimento (rural) das regiões e do Estado de São Paulo.

CAPITULO I

A NOVA RURALIDADE E SEUS DESAFIOS

O espaço rural tem sofrido várias alterações ao longo das últimas décadas em todo o mundo sendo pertinente a discussão relativa á delimitação do rural e de suas características. No Brasil, observa-se uma maior transformação a partir de 1930, com o espaço rural passando pelo estágio de modernização e industrialização, que penduraram 50 anos. Porém, esse processo no campo não ocorreu de forma igualitária para todas as regiões, gerando assim maiores disparidades de renda e acesso a terra.

O resultado geral desse processo foi o de reconfigurar o espaço rural brasileiro que deixou de ser sinônimo de retrocesso, do antigo, arcaico, apenas para produção agrícola e de pessoas “simples”, e dando lugar ao complexo agro-industrial, com as tecnologias de ponta, integração campo x cidade, desenvolvimento econômico e de renda, uma maior gama de utilização do campo e de pessoas empreendedoras.

Como assinala GRAZIANO (2001):

(...) mostramos que o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade (...) mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo agrobusiness quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rurais, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de escargot, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão (...) (GRAZIANO, 2001, p. 37).

Porém, para uma melhor realização do desenvolvimento rural, como forma de maiores ganhos tanto para o espaço rural quanto para o urbano, oriundo de uma maior integração entre os espaços e de benefício mutuo, é necessário uma maior atuação do Estado, através de instrumentos públicos que possibilitem maior sincronia, bem como um crescimento sustentado a longo prazo para ambas as partes.

A atuação do Estado deve ser feita pensando nas diferenças regionais do país, pois, sendo o Brasil de dimensão continental, o mesmo possui realidades distintas e discrepantes ao longo de seu território, tendo regiões com rendas altas e grandes produtividades, bem como regiões nas quais a situação de pobreza é grande e a terra muitas vezes utilizada como subsistência apenas e não como fonte de complementação de renda e emprego para a família e comunidade em geral.

Como assinala VEIGA (2001) referente à ação do estado:

(...) o que mais faz falta é um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas micro-regiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução (...) (VEIGA, 2001,p.111).

A nova ruralidade é, conforme ANJOS (2001):

(...) um novo instrumento de compreensão das transformações porque passam, não só a estrutura agrária e o mundo rural deste país, mas, sobretudo, a própria sociedade contemporânea (...) (ANJOS, 2001, p.54).

Como explicita KAGEYAMA (2008) sobre o tema:

(...) o desenvolvimento rural requer a participação tanto da agricultura como de outras atividades produtivas (industriais, artesanais e de serviços) (...) (KAGEYAMA, 2008, p.10)

Porém, essa transformação ocorrida como fruto da modernização do espaço agrário brasileiro trouxe consigo mudanças na utilização do mesmo e de suas funções tanto econômica quanto social junto ao País. Dessa forma, a terra adquire novas e o agricultor, que antes cultivava sua terra para subsistência ou mesmo vendas locais, vê um horizonte maior de possibilidades, no qual atividades não-agrícolas agora ganham força e demanda. Como assinala BALSADI (2001):

(...) a clara e forte tendência de queda das ocupações agrícolas. Essa tendência ocorreu, e continua ocorrendo, como consequência da modernização e mecanização das principais operações de cultivo das grandes culturas e também pela redução da área cultivada, motivada seja por crises de algumas culturas, seja por políticas específicas de controle de excedentes (set aside nos EUA e Europa, por exemplo) (...) No entanto para melhor entender o grande crescimento das ocupações rurais não agrícolas da população economicamente ativa (PEA) com domicílio rural, principalmente nos anos 80 e 90, é necessária a inclusão de outros fatores

explicativos: a crise na agricultura e a queda dos preços das principais commodities e da renda dos agricultores; as novas funções de turismo, lazer moradia e local de investimentos industriais e de serviços do meio rural e a emergência de novos atores rurais: as mudanças nas famílias rurais (...) (Balsadi, 2001, p 82).

Porém, precisar a transformação e ainda delimitar o que continua sendo rural não é simples. Como assinala KAGEYAMA (2008):

(...) a essência de rural é territorial ou espacial, não podendo ser identificada com setor de atividade nem com mercado enquanto lócus de transações mercantis específicas (...) (KAGEYAMA, 2008, p 9):

Além disso, conforme assinala FERREIRA (2002): (...) No Brasil, a definição administrativa do que é rural incorpora tudo àquilo que não é uma aglomeração dotada de alguns serviços (...) (FERREIRA, 2002, p34) e Anjos (2001): (...) Quando falamos em desenvolvimento rural, insistimos na dimensão 'territorial' do conceito e não no aspecto exclusivamente setorial da questão (...) (ANJOS, 2001, p.74).

Ou seja, delimitar o rural apenas como produtor de algumas mercadorias específicas ou de um mercado não é suficiente e correto, pois atualmente o rural possui múltiplas funções além de produzir bens agrícolas para consumo interno ou externo e, essas diversas funções atuais do território rural devem ser tratadas e estudadas para melhor entendimento e uso dos recursos.

Para KAGEYAMA (2008), a agricultura passou a abranger diferentes funções tais como:

- **Função produtiva:** passa a abranger diversas atividades, tais como artesanato e turismo rural;
- **Função populacional:** antes restrito a fornecimento de mão-de-obra, agora necessidade de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos para assegurar a retenção de população na área rural;
- **Função ambiental:** criação e proteção de bens públicos e semi-públicos.

Ou seja, o espaço rural atualmente não tem apenas o uso para produção, mas sim, outras funções que foram com o passar do tempo adentrando o espaço agrícola no

país. Dessa forma, surgem novos atores, setores produtivos e formas de produção, que modificam as regiões e possibilitam novas formas de renda e sobrevivência, fazendo com que o êxodo rural, que há décadas ocorria no país, diminua atualmente e, em algumas partes, deixe de existir.

Porém, mesmo com as mudanças ocorridas nas áreas rurais em todo o país, as transformações não ocorrem de forma homogênea, ou seja, o país ainda possui grandes heterogeneidades. Como assinala KAGEYAMA (2008):

(...) os territórios rurais foram se desenvolvendo de forma heterogênea no espaço e sincopada ao longo do tempo, apresentando-se atualmente como um mosaico de situações que vão das áreas pobres e isoladas no interior das regiões Norte e Nordeste até as ricas áreas rurais do interior paulista e as prósperas zonas de agricultura familiar do sul do país. Essa grande diversidade, tal como se verifica em outros países, não permite falar no “desenvolvimento rural brasileiro” como um processo único ou uniforme, passível de enquadramento em algum modelo com umas poucas variáveis (...) a heterogeneidade pode ser encontrada entre regiões, estados, microrregiões, e até mesmo no interior de uma única cidade, com seus diversos rurais (...) (Kageyama, 2008, p.10-11).

Reafirmando essa visão, VEIGA explicita (2004): (...) a imensidão territorial do Brasil e a profunda desigualdade de seu desenvolvimento fazem com que abrigue situações rurais extremadas (...) (VEIGA, 2004, p.71).

Assim, caracterizar o espaço rural brasileiro na atualidade baseado apenas na essência geográfica ou em relação ao distanciamento do espaço urbano, pode acarretar em resultados não condizentes com a realidade brasileira. Anteriormente, tinha-se a idéia de que o rural era uma área com baixa densidade populacional e regiões relativamente pobres e conservadoras, além de estar distante do urbano. Em contrapartida, o urbano seria o local do desenvolvimento econômico e de maior proximidade das pessoas e com grande densidade populacional. Como assinala FAVARETO (2006):

(...) na economia rural, a tradição sempre foi pensar seu objetivo como algo relacionado à agricultura, no mais das vezes incorporando aspectos que vão além daqueles diretamente relacionados à produção primária, mas tendo por universo as famílias ou empresas ligadas a esta atividade (...) (FAVARETO, 2006, p.80).

Porém, com as transformações acontecidas nas ultimas décadas, o rural está cada vez mais interligado ao urbano, tanto economicamente, quando socialmente, e a renda das áreas rurais estão se diversificando, não dependendo apenas da produção agrícola e da subsistência.

Assim, a integração entre o campo e a cidade é de fundamental importância para um desenvolvimento de melhor qualidade para ambos os espaços sociais, pois, tanto o campo quanto a cidade podem possibilitar uma melhor qualidade de vida e rendimentos desde que possuam uma simbiose benéfica para ambos.

Conforme explicita KAGEYAMA (2008):

(...) quanto mais próxima de um centro urbano estiver a localidade rural, mais intensa será a integração, sobretudo nos casos de urbanização dispersa, com muitas cidades de tamanho pequeno a médio permeando as áreas rurais (...) (KAGEYAMA, 2008, p.21).

Ou seja, o desenvolvimento rural não ocorre apenas junto a capital dos Estados, mas também em torno de cidades de médio porte que geram demandas e ofertas para a população rural e urbana que estão na cidade e em seu entorno. Assim, Estados que possuem além de uma capital populosa e com recursos diversos, outras cidades de médio porte com representatividade e dinamismo, o desenvolvimento rural pode ocorrer beneficiando os espaços sociais junto a essas cidades.

Além disso, conforme afirma KAGEYAMA (2008):

(...) hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais (...) (KAGEYAMA, 2008, p.20).

Assim, não se trata de um renascimento do antigo rural, mas o nascimento de uma nova ruralidade, com uma integração intersetorial da economia. Desse modo, o rural evolui

de um espaço exclusivamente agrícola para um tecido econômico e social diversificado (KAGEYAMA, 2008, p.24).

Essa nova “modalidade” (ocupação não agrícola) de trabalho junto ao espaço rural não é um processo transitório ou mesmo conjuntural, conforme BALSADI (2001):

(...) esse crescimento das ocupações não agrícolas, observado com intensidade desde os anos 60, aponta para o fato de que não se tratava de variações conjunturais, mas sim de um componente estrutural na ocupação da população rural (...) (BALSADI, 2001, p.83).

Junto com as ocupações não agrícolas, ganha força e peso também a pluriatividade, que permite, ao mesmo tempo, a manutenção de atividades rurais juntamente com atividades não agrícolas que complementam a renda e garantem a permanência no espaço tido como “rural”.

Como explicita FERREIRA (2002) em relação à pluriatividade:

(...) um rural onde os agricultores vêm pondo em práticas estratégias de diversificação de seus estabelecimentos, de pluriatividade, de associativismo, de agroindustrialização em pequena escala, enfim, estratégias de valorização das oportunidades que o espaço local e a região oferecem para viabilizar sua reprodução tanto como agricultores quanto como rurais (...) (FERREIRA, 2002, p. 39).

Corroborando a idéia da pluriatividade como forma de diversificação e aumento de renda, surge também a formação de pequenas e médias empresas juntamente com o novo rural, como assinala VEIGA (2008) :

(...) uma necessidade objetiva incita essas famílias a também exercerem atividades externas à agropecuária, fazendo-as “pluriativas”, no jargão dos especialistas (...) por disporem de estruturas agrárias que são, ou se tornam, insuficientes para garantir boa renda familiar, elas criam uma oferta de trabalho que pode ser empregada em condições extremamente flexíveis por outros negócios instalados nas redondezas (...) nas áreas mais favoráveis às grandes plantações especializadas quase não existe a mobilidade e a articulação social que engendram a criação das redes de pequenas e médias empresas (...) ao mesmo tempo em que reduz a marcha da inevitável queda da população ativa no setor agropecuário, a pluriatividade favorece a industrialização difusa e a descentralização de serviços sociais, de serviços para empresas, e

vários tipos de serviços pessoais (...) (VEIGA, 2008, p.103-107-113).

Ou seja, a pluriatividade e a emergência de algumas pequenas empresas dentro do espaço rural, possibilitam maiores ganhos para a população e, como indica Anjos (2001): (...) a pluriatividade emerge como indicativo de uma clara ruptura em face das representações usuais sobre a unidade de produção (...) (ANJOS, 2001, p.56).

Dessa forma, para entender o novo rural e seu papel junto à sociedade e a economia, é necessário compreender, antes de tudo, as transformações que ocorreram e estreitaram o mesmo junto ao espaço urbano, como assinala FAVARETO (2006):

(...) os significados maiores desta mudança são, de um lado, a erosão do paradigma agrário que sustentou as visões predominantes sobre o rural ao longo de todo o último século, e de outro, a intensificação de um longo e heterogêneo processo de racionalização da vida rural. Um processo através do qual o rural, em vez de desaparecer, se integra por completo à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento, por meio tanto da unificação dos diferentes mercados (de trabalho, de produtos e serviços, e de bens simbólicos) como também por meio da criação de instituições que regulam as formas do uso social destes espaços, agora amalgamando interesses que têm por portadores sociais segmentos originários também de outras esferas (...) (FAVARETO, 2006, p.7).

Ou seja, o rural não desapareceu, apenas modificou-se e está em constante transformação. E essas mudanças não afetam apenas a vida rural, mas a urbana também e exigem modificações institucionais, como assinala BALSADI (2001):

(...) essas mudanças, trazem consigo a necessidade de um novo olhar para a realidade rural brasileira neste início de século e de novos instrumentos para a elaboração das políticas de desenvolvimento rural (...) (BALSADI, 2001, p.81)

Dessa forma, o Estado tem um papel fundamental de agente de transformação do espaço rural para beneficiar a população que nele reside e o espaço urbano, que tanto depende do agrícola e vice-versa. Assim, olhar o rural brasileiro apenas para constatar suas mudanças e perspectivas, seria de certa forma insuficiente para qualquer tentativa de conclusão.

Desse modo, para melhor entendermos a transformação e compararmos com outras regiões do mundo (desenvolvido), deve-se ter em mente, antes de tudo, que o processo de desenvolvimento rural que está ocorrendo na União Européia através da ação direta do Estado como agente financiador e de transformação social não é igual ao brasileiro, pois são situações econômicas, sociais e históricas diferentes, porém, servem como base para um estudo de melhoria e perspectivas para o Brasil seguir o caminho que melhor se adéque a sua realidade e necessidade. Conforme assinala FERREIRA (2002):

(...) a nova paisagem e os processos produzidos pela integração de atividades não agrícolas nos estabelecimentos rurais e pela pluriatividade dos agricultores e seus familiares e o aumento de uma população rural não agrícola e de aposentados que moram no campo, trazem um fenômeno de diversificação do meio rural. No entanto, não se pode pensar o rural brasileiro nos termos em que é pensado nos países de capitalismo avançado: nossa realidade não dá suporte para uma representação do rural como predominantemente não agrícola (...) (FERREIRA, 2002, p.36-37).

Analisando o desenvolvimento rural na Europa, percebe-se que o mesmo, atrelado à Política Agrícola Comum (PAC), levou a integração do campo x cidade, através da agricultura familiar e de atuação direta do Estado através de incentivos.

Porém, como assinala o INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS:

(...) a política de desenvolvimento rural prossegue, fundamentalmente, os seguintes objetivos:

- Modernização das explorações agrícolas.
- Segurança e qualidade dos produtos alimentares.
- Rendimentos equitativos e estáveis para os agricultores.
- Consideração dos desafios ambientais.
- Estímulo as atividades complementares ou alternativas, que sejam fonte de emprego e contribuam para conter o êxodo rural e reforçar o tecido econômico e social dos espaços rurais.
- Melhoria das condições de vida e de trabalho e promoção da igualdade de oportunidades (...) (INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS).

Ou seja, as reformas do PAC levaram a uma reestruturação, com o objetivo de integração entre os países, pensando na União Européia como um todo e um desenvolvimento benéfico para toda a sociedade. Além disso, na União Européia, o desenvolvimento rural surge não apenas como oportunidade de renda, mas também de vivência em um ambiente rural, mesmo trabalhando na área urbana, além de uma ampliação de oportunidades, utilizando o espaço rural como atividade turística e trazendo inovações tecnológicas para o campo.

Porém, precisar a definição do que é rural não é simples e homogênea também na Europa, assim como no Brasil, conforme explicita FAVARETO (2006):

(...) na Europa são utilizadas definições diferentes em cada país, muitas vezes combinando vários critérios. O mais comum deles é a demografia, e em dois sentidos: o tamanho da população, e a densidade populacional. Outro bastante utilizado é a utilização do solo. Na Irlanda, por exemplo, as zonas com densidade populacional inferior a cem habitantes por quilometro quadrado são considerados rurais. Na Grécia, o teto que separa as áreas rurais das urbanas é dado pela densidade populacional de trinta habitantes por quilometro quadrado. O mesmo vale para o limite de duzentas habitações ou dez mil pessoas na Dinamarca. Na Holanda e na Inglaterra, o principal definidor são as formas predominantes de utilização do solo. Na Alemanha é adotada uma tipologia que combina aspectos econômicos, demográficos e a utilização do solo. E na Itália, por sua vez, o limite de dez mil habitantes é acompanhado de uma lista de treze critérios funcionais (...) (FAVARETO, 2006, p.105).

Ou seja, as mudanças ocorridas no espaço rural tanto dos países desenvolvidos quanto em relação aos em desenvolvimento está ligado a mudanças na forma de visão e utilização do espaço rural. Porém, mesmo com divergências na União Européia, quanto aos critérios do que é rural ou não, existem pontos em comum. Como aponta FERREIRA (2002), nos países de capitalismo avançado, às análises do rural contemporâneo tem algumas tendências em comum, conforme abaixo:

(...) - rural com revitalização demografia, que, em certos países e regiões, tem mostrado crescimento superior aos dos centros urbanos;

- um rural dissociado do agrícola;
- um rural que também é lugar de residência para trabalhadores urbanos e aposentados em ocupações urbanas; um lugar residencial e não de trabalho;

- um rural que é agrícola e que abriga famílias de agricultores crescentemente pluriativas;
- um rural que é paisagem a ser manejada e preservada;
- um rural, no entanto, que não se assimila mais a natureza e um ambiente de qualidade;
- um rural que começa a ser pensado como territórios do futuro, como resposta possível a crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial (...) (FERREIRA, 2002, p32).

Ou seja, constata-se que nos países capitalistas avançados, o desenvolvimento rural ao modificar o espaço agrário e também as relações sociais, tem algumas semelhanças com o caso Brasileiro. Porém, nos países avançados, ainda é possível constatar uma presença maciça do Estado, não apenas como financiador, mas como controlador das mudanças sociais. Além disso, nos países desenvolvidos, as discrepâncias tanto econômicas quanto sociais são menores, dessa forma, o desenvolvimento rural pode ocorrer de forma mais homogênea e beneficiando a todos.

Na União Européia, a pluriatividade, assim como a agricultura familiar através das reformas do PAC (Política Agrícola Comum), possibilitam que, conforme Anjos (2001), a pluriatividade surja como noção vinculada aos novos esquemas e ordenamentos fundados na defesa da multifuncionalidade do meio rural. Ou seja, a mesma ocorre junto ao processo de atividades não-agrícolas e ao espaço rural, atribuindo novos papéis aos territórios e que reivindica também um melhor uso dos recursos econômicos, ecológicos e sociais.

Conforme assinala ANJOS (2001):

(...) do mesmo modo que nos países centrais, a capacidade da agricultura para absorver a mão-de-obra nas comunidades rurais dos países periféricas é cada vez menor, cobrando importância e protagonismo crescente outras atividades alheias à agricultura (...) (ANJOS, 2001, p.60).

Além disso, através do PAC (Política Agrícola Comum), a União Européia possibilita segurança para os produtores, renda e preservação do ambiente natural e da suporte ao desenvolvimento (UNIÃO EUROPEIA):

(...) a política agrícola comum (PAC) concede apoio financeiro aos agricultores afectados por catástrofes naturais ou surtos de doenças animais, como a febre aftosa ou a febre catarral ovina. Quando necessário, a PAC complementa o rendimento dos agricultores a fim de lhes garantir um nível de vida aceitável.

Contudo, essas ajudas estão ligadas ao cumprimento de objectivos mais gerais no domínio da higiene das explorações agrícolas, da segurança alimentar, da saúde e bem-estar dos animais, da preservação das paisagens rurais tradicionais e da conservação do meio natural e da vida selvagem (...).

Ou seja, a “nova ruralidade” está presente em várias regiões do mundo, tendo exemplos de modificações sociais e económicas tanto em países em desenvolvimento como em avançados. Essas mudanças, ancoradas na ação do Estado e na maior integração do RURAL x URBANO estão em diferentes estágios ao analisar os países e regiões, porém, um fator existe em comum: a intensa modificação do espaço rural e dos atores que nela atuam.

Assim, a nova ruralidade está em foco no mundo como um todo e estudar a mesma, não é analisar apenas a sociologia rural ou a economia agrícola, mas as mudanças sociais e económicas que abrangem toda a económica e sociedade do país, pois, as transformações do rural não ficam restritas ao espaço agrícola e afeta a vida de todos que estão ligados, mesmo que seja indiretamente através da globalização.

CAPÍTULO II

ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS DE CAMPINAS, REGISTRO E SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

2 Introdução

O segundo capítulo tem por objetivo caracterizar de forma sucinta a história do Estado de São Paulo bem como das regiões administrativas estudadas para entender as transformações ocorridas e seus resultados atualmente. Além disso, serão utilizados dados macroeconômicos para analisar o Estado de São Paulo e as regiões administrativas em relação ao seu desenvolvimento, tanto da população rural, quanto da população urbana.

2.1 História de São Paulo



FONTE: www.cidadespaulistas.com.br (acesso em 01/10/2011)

A colonização no Estado de São Paulo iniciou-se como forma de proteger o território. A transformação da região como potência no Brasil comparado a outros estados inicia-se com o ciclo de café que possibilitou uma mudança estrutural no Estado. O complexo cafeeiro permitiu uma interligação diferente de outras culturas como a mineradora (na qual não ocorreu formação de um “complexo” integrado que pudesse

desencadear um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema em que estão inseridas).

Assim, a cafeicultura rearranjou o Estado, permitindo que o mesmo acumulasse capital (através dos excedentes), criando um mercado de consumo interno (oriundo da renda dos fazendeiros e dos assalariados/colonatos) e uma produção vinculada à atividade cafeeira, e de outros bens necessários a subsistência, além de fornecer divisas para a importação e industrialização.

O Estado de São Paulo, com o passar dos anos da segunda metade do século XIX, despontou no cenário brasileiro como o de maior desenvolvimento e dinamismo, fruto da cultura do café e sua acumulação. Conforme assinala CANO (1975):

(...) as mais avançadas e dinâmicas relações capitalistas de produção nesse complexo, possibilitaram um acelerado e diversificado crescimento da economia paulista (...) foi-se afirmando sua predominância em relação as demais regiões do país, que não contaram com igual dinamicidade, e nem com o mesmo avanço de suas relações capitalistas de produção (...) (CANO, 1975, p.39).

Dentro do complexo cafeeiro criaram-se condições, através das inter-relações, das seguintes vantagens:

- a) efeitos redutores dos custos de produção;
- b) efeitos ampliadores do nível da produtividade;
- c) efeitos ampliadores do excedente;
- d) efeitos ampliadores e diversificadores do investimento;
- e) efeitos ampliadores do mercado.

Tais efeitos, como assinala CANO (1975), eram geradores de economias de escala, expandindo o mercado interno e a acumulação de capital. Um dos entraves a produção cafeeira paulista era o trabalho escravo, principalmente após as sanções quanto à entrada dos mesmos no Brasil. Assim, o Estado de São Paulo precisou mudar sua forma de produção, passando do sistema escravista para o de colonato/parceria e assalariado.

Como explicita CANO (1975):

(...) As altas margens de lucro da cafeicultura paulista, a alta produtividade e a grande disponibilidade de suas terras, imprimindo um alto ritmo na acumulação de capital no café, pela expansão dos plantios, exigiram uma radical solução ao problema da mão-de-obra escrava, cujo estoque, em São Paulo, permanecia praticamente estancado durante os últimos quinze anos da escravidão. Resolvido esse problema, pela imigração, e, dadas as condições da demanda externa do café, a acumulação cafeeira não mais contaria com esse freio. Não se entenda, com isso, que é a escassez de mão-de-obra a causa da abolição, e sim, o processo de acumulação de capital (...) (CANO, 1975, p.19).

O processo de consolidação do complexo cafeeiro no estado de São Paulo foi baseado no assalariamento. Ao contrário do que ocorreu com o café na região do Vale do Paraíba e Nordeste. Dessa forma, as estruturas organizacionais e produtivas são diferentes, fruto da divergência da forma de produção industrial e de utilização da mão de obra.

O café em São Paulo inicialmente esteve presente mais fortemente na região do Vale do Paraíba (que inclui o norte fluminense). Porém, com o tempo, devido a alguns fatores, dentre eles o regime de trabalho, as condições da terra (fertilidade) e o relevo, a região do Oeste Paulista desponta como principal motor do crescimento Paulista na cafeicultura. A produção Paulista de café contava até 1870 com 16 % da produção total brasileira, saltando para seu auge de 40% em 1885.

Com a formação do complexo cafeeiro no oeste do Estado, começaram a se desenvolver indústrias para suprir a demanda de máquinas agrícolas do café, aumentando assim a produtividade. Com o desenvolvimento da cafeicultura e sua entrada cada vez maior no interior do Estado, se fez necessário a construção de ferrovias, como forma de eficiência de transporte. O trabalho escravo, com as restrições impostas, tornava-se cada vez mais um fator de grande custo para o produtor de café e, dessa forma, o trabalho livre surgiu como opção para não bloquear o processo de expansão econômica.

Juntamente com a atividade cafeeira, surgem outras demandas e ofertas, resultantes principalmente da atividade de colonato e de salário fixo, que possibilita uma renda e conseqüentemente uma demanda de produtos, tanto básicos como os alimentícios. Porém, a atividade nuclear ainda continua sendo a cafeicultura e, dessa forma, como assinala CANO (1975):

(...) a medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização – decorrente de atividades afins, do comércio, da indústria, etc – o sistema reclama, também, a

expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que é feita fora da propriedade cafeeira , operando com seus próprios recursos físicos (...) (CANO, 1975, p.57-58).

Essa expansão solicitada diretamente pelo avanço da cafeicultura e de suas demandas indiretas fizeram com que essa modalidade agrícola, não restrita mais apenas a cafeicultura, ganhasse maior espaço a partir de 1900, período em que a expansão da cidade de São Paulo e de alguns outros núcleos paulistas se torna evidente.

Com o aumento do protecionismo que se estabelece em 1905 e pela baixa do preço do café entre 1887 e 1910, adiciona-se mais um fator para o desenvolvimento de outras culturas agrícolas.

Com o passar do tempo, com as novas demandas surgindo bem como a queda no preço do café, o capital acumulado na cultura cafeeira ganha novos entornos, como assinala Cano (1975):

(...) o capital que anteriormente se poderia chamar de “cafeeiro” vai, por destino, adquirindo outras denominações: “bancário”, “industrial”, “comercial”, etc (...) (CANO, 1975, p.80).

E foi a reprodução do capital cafeeiro que possibilitou a formação de outras bases econômicas para a expansão capitalista no estado de São Paulo, fortalecendo o estado e tornando-o a principal potencia econômica do país. Conforme afirma CANO (1975):

(...) efetivamente foi a reprodução do capital cafeeiro a essência do processo de acumulação da economia brasileira até 1930, isto é, ele foi dominante durante o transcorrer desse processo (...) (CANO, 1975, p.80).

Assim, o Estado de São Paulo se consolidou como centro financeiro, industrial e comercial do país, tendo as principais sedes de empresas, instituições financeiras e de prestação de serviço, além de uma agricultura modernizada e vários pólos de tecnologia e indústria.

Atualmente, o Estado de São Paulo possui aproximadamente 41,7 milhões de habitantes, com uma renda per capita de R\$ 24.457,00 (2011), representando

aproximadamente 33% do PIB brasileiro. Sua participação no Brasil é baseada principalmente no setor de SERVIÇOS (69,03% - 2011), seguido pela INDÚSTRIA (29,52% - 2011) e por último a AGROPECUÁRIA (1,45% - 2011).

2.2 História da Região Administrativa de Campinas



De acordo com o SEADE, a Região Administrativa de Campinas compreende 90 municípios, população aproximada de 6,3 milhões de habitantes (2011) e 10,79% da área do Estado de São Paulo.

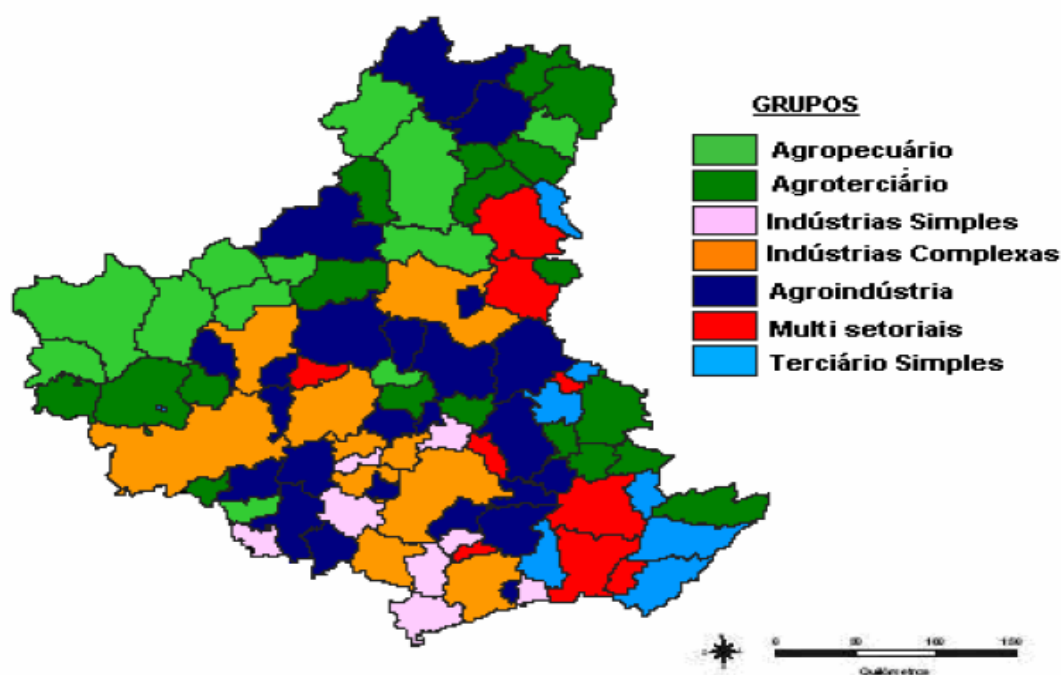
Até o final do século XIX, a região foi à maior produtora de café do Estado, cuja dinâmica estruturou uma economia formada por grandes fazendas de café e pequenas e médias propriedades que produziam para o mercado interno em expansão, além de indústrias, comércio atacadista e varejista e serviços. Com a crise cafeeira, a economia regional se reciclaria, expandindo sua indústria e diversificando a produção agropecuária exportável e industrializável, com fortes impactos sobre o meio urbano e a expansão do setor terciário.

O crescimento da região foi reforçado com os investimentos em infra-estrutura, energia e, sobretudo, transportes, que ampliaram a malha rodoviária regional, além da construção da Refinaria de Paulínia e da instalação de instituições de pesquisa e Universidades. Uma especificidade de Campinas (sua função de centralidade em relação às expressivas parcelas do território estadual) condicionou seu crescimento.

A região nos anos 60 e 70 tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, o que lhe conferiu grande dinamismo populacional, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo.

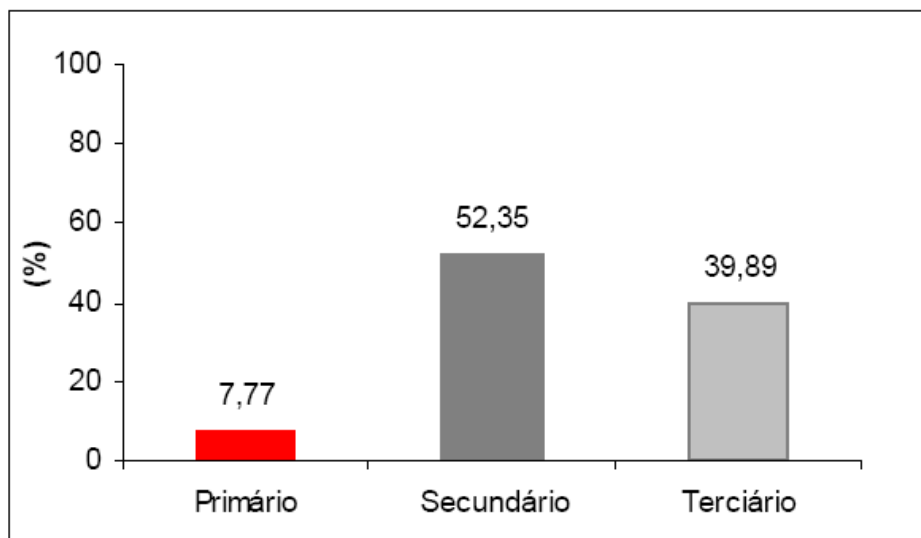
A região possui diversas rodovias ligando a cidade a centros regionais, como a capital paulista, Sorocaba, São José dos Campos e Minas Gerais, além de ferrovias que ligam o Porto de Santos e o Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Além disso, a região é servida do gasoduto BRASIL-BOLÍVIA. Devido à demanda existente na região, tanto de pessoas como de mercadorias, a cidade de Campinas possui um dos principais aeroportos do Brasil (VIRACOPOS).

Tipologia dos Municípios Segundo o Perfil do PIB, 2003



Fonte: Fundação Seade.

Participação Percentual dos Setores Econômicos no Valor Adicionado - 2004



Fonte: Fundação Seade. Elaboração: Unidade de Assessoria Econômica.

A Região Administrativa de Campinas apresenta indústria diversificada e moderna, setor terciário dinâmico e agricultura com alto valor comercial. É a maior concentração industrial do interior do Estado de São Paulo. A agropecuária avançada, tendo fortes vínculos produtivos com os complexos agroindustriais, tem expressão e dinamismo, destacando-se as culturas de cana-de-açúcar e laranja, a criação de gado e frango, a olericultura, a fruticultura e as plantas ornamentais.

A excelente logística aeroportuária, rodoviária e ferroviária, a pesquisa em ciência e tecnologia, e a disponibilidade de mão-de-obra com alta qualificação têm sido apontadas como importantes fatores de atração de investimentos de porte e de qualidade, principalmente para o espaço metropolitano campineiro. (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

2.3 História da Região Administrativa de Registro



Situada no Vale do Ribeira, litoral sul do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Registro exibe a menor taxa de urbanização do Estado, concentrando, em 2010, 71,40% da população nas áreas urbanas, índice bem abaixo da média estadual. Ao todo são 14 municípios, que juntos apresentaram a menor densidade demográfica do Estado. A economia da Região Administrativa de Registro baseia-se na agricultura, na mineração e no extrativismo vegetal. Essa região abriga grandes porções do que resta de mata atlântica no país, tendo várias unidades de conservação: áreas de preservação, parques estaduais e federais, entre outros.

Atualmente a região tem pequeno peso na economia paulista. Essa situação reflete o baixo nível de desenvolvimento econômico devido às restrições impostas pela legislação ambiental e por não conseguir se integrar aos mercados dos grandes centros urbanos.

A atividade industrial também se faz presente na região, porém, sendo pouco significativa. Emprega somente 9,4 % da força de trabalho local. As atividades industriais mais importantes na região são a metalurgia básica, a fabricação de produtos minerais não-

metálicos, a fabricação de alimentos e bebidas e de produtos químicos.

O turismo (setor do turismo ecológico), embora ainda pouco desenvolvido, é uma atividade com grande potencial na região, tendo em vista a importância da mata atlântica existente, com parques estaduais e nacionais. O setor terciário voltado ao eco turismo está em desenvolvimento, entretanto para uma região que busca explorar oportunidades de geração de emprego e renda através do eco turismo, os dados de serviços relacionados a ele ainda são insuficientes. Existem poucos hotéis, pousadas, restaurantes e agências de viagem na região.

A agricultura, com participação significativa na economia regional, tem na banana seu principal produto (81% do valor da produção regional), vindo a seguir a carne bovina (8%), a tangerina (5%) e o maracujá (2%).

Como dito inicialmente, a Região Administrativa de Registro está inserida dentro do Vale do Ribeira que abrange uma área de 18.112,80 Km² e é composto por 25 municípios: Ilha Comprida, Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Eldorado, Itapirapuã Paulista, Miracatu, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Tapiraí, Cajati, Cananéia, Iguape, Iporanga, Itaóca, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Jujutiba, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro e Sete Barras.

A população total do território do Vale do Ribeira é de 443.325 habitantes, dos quais 114.995 vivem na área rural, o que corresponde a 25,94% do total. Possui 7.037 agricultores familiares, 159 famílias assentadas, 33 comunidades quilombolas e 13 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,75 (SEADE e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO).

2.4 História da Região Administrativa de São José dos Campos

A história da região está associada ao cultivo do café, a partir do século XIX. Tal cultura do Vale do Paraíba proporcionou o desenvolvimento econômico, o crescimento de vilas e cidades e uma incipiente industrialização. Com a decadência da cafeicultura, sucedeu-a a pecuária de leite, disponibilizando mão-de-obra e criando condições para uma diferenciação das atividades urbanas e para a industrialização.

Na década de 50, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e os demais investimentos federais em núcleos de desenvolvimento tecnológico (Centro Técnico Aeroespacial – CTA e Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA) e estratégico (Embraer, Avibrás e Engesa) foram responsáveis pelo

surgimento de arranjos produtivos nos setores aeroespacial e bélico e pelo expressivo crescimento industrial da Região Administrativa.

Nesta nova fase da industrialização, que se fez notar principalmente nos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Guaratinguetá, Cruzeiro, Taubaté e Caçapava, surgem uma indústria moderna e de grande escala, voltada para os mercados nacional e internacional e com predomínio dos segmentos de material de transporte, mecânico, metalúrgico e petroquímico.

A economia da Região Administrativa de São José dos Campos é fortemente apoiada na indústria e nos serviços. Contando com um complexo industrial diversificado, sobressai o segmento aeroespacial da sede regional, São José dos Campos. A indústria, extremamente diversificada, inclui os ramos automotivos, farmacêutico, químico, têxtil, de autopeças, telecomunicações, eletroeletrônicos, metalurgia básica e petróleo, além do já mencionado segmento aeroespacial, de maior relevância.

A estrutura industrial predominante na região é intensiva em capital e tecnologia, com grandes unidades implantadas e contribuição expressiva para a pauta de exportações do país. Embora a agropecuária não seja predominante na economia da região, esta possui uma das mais expressivas bacias leiteiras do país.

O setor tem como principais produtos a carne bovina e o leite (tipos C e B) e concentra-se nas regiões de governo de São José dos Campos e Taubaté. Em Santa Branca, existem eucaliptos, ao passo que em Paraibuna, Pindamonhangaba, Taubaté, e Guaratinguetá predomina a atividade da pecuária. Acrescente-se, ainda, que nos três últimos municípios combinam-se as atividades agropecuárias e industriais (SEADE)



2.5 Desigualdades regionais do desenvolvimento

O item 2.5 deste trabalho tem como base o livro de KAGEYAMA (2008), tanto em relação aos fatores analisados, bem como a metodologia utilizada, com algumas diferenças referentes à fonte de dados.

Primeiramente, como afirma KAGEYAMA (2008):

(...) Dada a complexidade e a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, várias estratégias podem ser adotadas quando se trata de descrever ou avaliar o “grau de desenvolvimento” de uma região num momento específico (...) (KAGEYAMA, 2008, p. 117).

Ou seja, determinar o desenvolvimento continua sendo, de certa forma, subjetivo, pois depende dos fatores analisados, das épocas estudadas, bem como das fontes. Na presente monografia, para analisar o desenvolvimento rural nas Regiões Administrativas em relação ao Estado de São Paulo, será utilizado a um amplo conjunto de indicadores sintetizados conforme técnicas estatísticas tradicionais, assim como foi utilizado por KAGEYAMA (2008).

Assim como na metodologia do livro base (que utiliza de indicadores estaduais), na presente monografia utilizaremos índices referente às Regiões Administrativas de Campinas, Registro e São José dos Campos. Dessa forma, não retratam as grandes heterogeneidades internas de cada região em questão. Ou seja, dentro das Regiões Administrativas em questão, assim como dentro dos Estados Brasileiros analisados por KAGEYAMA (2008), existem distorções em relação as cidades, porém, como os índices tratados são agregados regionais, a heterogeneidade dentro da região não será mostrada e sim apenas a média regional. Conforme assinala a autora KAGEYAMA (2008) referente a heterogeneidade:

(...) são frutos de fatores históricos (por exemplo, as diferentes formas de ocupação da faixa litorânea e do interior de determinado estado) ou mesmo de condições meramente físicas, como a presença de ecossistemas particulares (por exemplo, a floresta amazônica ou o pantanal matogrossense) (...) (KAGEYAMA, 2008, p.118)

Dessa forma, trazendo para o âmbito estadual, as diferentes formações dentro do Estado, seja em relação ao seu processo histórico de constituição, bem como os processos industriais que ocorrem de forma particular em cada parte do Estado de São Paulo, fizeram com que as regiões passassem por diferentes trajetórias, como será visto adiante.

2.5.1 Condicionantes e características

Neste item, serão analisados os fatores que favorecem o desenvolvimento rural. Ou seja, os indicadores que atuam no sentido de impulsionar ou de retardar as características do território que definem sua trajetória, bem como as características do território, como a população, densidade e renda.

Os primeiros itens utilizados partem do pressuposto de que, assim como no Brasil como um todo, dentro do Estado de São Paulo existem desigualdades entre as regiões administrativas, fruto do processo histórico vivido por cada região, bem como por suas características, seja de localização, como de formação do solo e de utilização dentro do processo de expansão das terras paulistas, assim como a participação de cada setor econômico na geração de renda, tendo regiões com vocações notadamente agrícolas, industriais ou de serviços, ou mesmo uma miscelânea dos fatores.

A tabela 01 mostra a participação das regiões administrativas estudadas no PIB do Estado de São Paulo, para os anos 2000, 2004 e 2008. Como Resultado, percebe-se que a

região com maior peso é a de Campinas, seguida por São José dos Campos e por último Registro. Porém, deve-se ser notado que a participação de Campinas teve um aumento entre 2000 e 2004, mantendo-se estável em 2008. Enquanto isso a região de São José dos Campos perdeu representatividade junto ao estado, se comparado os três períodos analisados e a região de Registro teve um aumento entre 2000 e 2004 e uma diminuição na participação entre 2004 e 2008.

TABELA 01

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES ADM. NO PIB DO ESTADO (em %)			
	2000	2004	2008
Estado de São Paulo	100	100	100
Região Administrativa de Campinas	14,23	15,41958	15,2542
Região Administrativa de Registro	0,24	0,24826	0,227446
Região Administrativa de São José dos Campos	6,53	5,980132	5,185384
FONTE: SEADE			

Porém, analisar apenas a participação não é suficiente, pois são regiões com volumes populacionais e características diferentes. Assim, a Tabela 2 nos mostra a evolução da renda per capita (em reais correntes) para o mesmo período (2000-2004-2008).

TABELA 02

PIB PER CAPITA (em reais correntes)			
	2000	2004	2008
Estado de São Paulo	11.345,91	16.157,79	24.457,00
Região Administrativa de Campinas	11.061,78	16.820,60	24.923,04
Região Administrativa de Registro	3.837,37	5.586,97	8.239,55
Região Administrativa de São José dos Campos	13.760,68	17.759,45	23.261,49
FONTE: SEADE			

Analisando a referida tabela 02, constata-se que a Região de Campinas, que inicialmente em 2000 estava com renda per capita um pouco abaixo do que a média estadual, a partir de 2004, situa-se acima da média estadual e se mantém em 2008. Em relação à região de Registro, observa-se que acompanhou a evolução da renda estadual, porém, sempre com limite consideravelmente inferior ao Estado de São Paulo. A região de São José dos Campos, que, inicialmente em 2000 estava acima da média estadual, cresce

em percentual (69%) abaixo do crescimento da renda per capita estadual (115%) e, dessa forma, a partir de 2004 encontra-se um pouco abaixo da média estadual.

Deflacionando as rendas, podemos ter uma noção do aumento real, conforme a tabela 03:

TABELA 03

PIB PER CAPITA (ano base = 2008 - em R\$)			
	2000	2004	2008
Estado de São Paulo	19493,97	19.482,62	24.457,00
Região Administrativa de Campinas	19,005,79	20.281,82	24.923,04
Região Administrativa de Registro	6593,18	6.736,62	8.239,55
Região Administrativa de São José dos Campos	23642,9	21.413,86	23.261,49
FONTE: SEADE			

Tomando por base a tabela 03, observa-se que o Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Campinas e Registro obtiveram aumentos reais, enquanto a Região Administrativa de São José dos Campos obteve um declínio em seu PIB per Capita.

Analisar a renda per capita, assim como sua participação na produção do Estado de São Paulo demonstra, de certa forma, as possibilidades de renda e conseqüentemente de consumo nas regiões administrativas, visto que um dos condicionantes para o desenvolvimento, seja urbano ou rural, é a expansão da renda para a população, que acarreta em maior consumo e poupança, que gera maiores demandas, conseqüentemente maiores investimentos do lado dos ofertantes e assim por diante, gerando um círculo virtuoso favorável ao crescimento econômico.

Dessa forma, percebe-se que a Região Administrativa de Campinas encontra-se mais favoravelmente neste item, seguido por São José dos Campos e por último a região de Registro, pois, mesmo a Região de São José dos Campos estando com um pequeno declínio em sua renda per capita, ainda encontra-se próximo à média estadual e bem acima da Região Administrativa de Registro.

Analisando agora a inserção das regiões junto à integração territorial, através de dados populacionais, têm-se as tabelas abaixo:

TABELA 04

População Total (em habitantes)						
	1980	1990	1995	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	24.953.238	30.783.108	33.848.251	36.974.378	39.201.179	41.223.683
Região Adm de Campinas	3.196.969	4.258.418	4.826.361	5.383.260	5.820.913	6.241.314
Região Adm de Registro	184.964	222.659	243.892	265.348	269.254	269.233
Região Adm de São José dos Campos	1.215.549	1.598.614	1.795.051	1.988.498	2.130.609	2.262.135
População Urbana (em habitantes)						
Estado de São Paulo	22.118.840	28.452.560	31.497.750	34.538.004	-	39.548.206
Região Adm de Campinas	2.664.962	3.805.337	4.405.930	4.997.397	-	5.923.051
Região Adm de Registro	102.434	134.337	154.205	175.840	-	192.237
Região Adm de São José dos Campos	1.064.142	1.458.989	1.655.315	1.848.478	-	2.128.941
População Rural (em habitantes)						
Estado de São Paulo	2.834.398	2.330.548	2.350.501	2.436.374	-	1.675.477
Região Adm de Campinas	532.007	453.081	420.431	385.863	-	318.262
Região Adm de Registro	82.530	88.322	89.687	89.508	-	76.996
Região Adm de São José dos Campos	151.407	139.625	139.736	140.020	-	133.194
Grau de urbanização (em %)						
Estado de São Paulo	88,64	92,43	93,06	93,41	-	95,94
Região Adm de Campinas	83,36	89,36	91,29	92,83	-	94,9
Região Adm de Registro	55,39	60,33	63,23	66,27	-	71,4
Região Adm de São José dos Campos	87,56	91,27	92,22	92,96	-	94,11
Fonte: SEADE						

Com as tabelas 04 e 05, pode-se constatar que um dos fatores que devem afetar positivamente o desenvolvimento territorial rural é a densidade bem como a dispersão da

rede urbana (grau de urbanização). Desse modo, constata-se que as Regiões Administrativas de Campinas e São José dos Campos estão próximas da média estadual desde o início estudado (1990). No entanto, a Região Administrativa de Registro possui uma grande diferença em relação às outras regiões administrativas bem como em relação a média estadual

TABELA 05

DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/ km²)					
	1990	1995	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	124,02	136,37	148,96	157,94	166,08
Região Administrativa de Campinas	98,8	110,94	122,9	131,68	139,81
Região Administrativa de Registro	18,35	20,1	21,87	22,19	22,19
Região Administrativa de São José dos Campos	157,14	178,1	198,65	214,8	230,31
Fonte: SEADE					

As tabelas 06 e 07 dizem respeito à infra-estrutura de transporte em cada Região e seu efeito esperado sobre o desenvolvimento rural é positivo, na medida em que quanto maior a disponibilidade de transportes menor o isolamento territorial.

Novamente, a região de Campinas aparece em uma situação melhor que a média estadual em todos os anos estudados, enquanto a região de São José dos Campos situa-se um pouco abaixo da média estadual, e a região de Registro encontra-se bem abaixo da média em todos os períodos analisados.

TABELA 6

FROTA DE VEICULOS (em unidades)			
	2002	2006	2010
Estado de São Paulo	12.025.242	15.187.280	20.537.979
Região Administrativa de Campinas	1.979.401	2.570.671	3.491.546
Região Administrativa de Registro	35.701	45.973	69.705
Região Administrativa de São José dos Campos	551.953	702.826	991.129
FONTE: SEADE			

TABELA 07

HABITANTES POR AUTOMÓVEL (em unidades)			
	2002	2006	2010
Estado de São Paulo	3,15	2,61	2,01
Região Administrativa de Campinas	2,81	2,3	1,79
Região Administrativa de Registro	4,14	3,54	2,88
Região Administrativa de São José dos Campos	3,71	3,07	2,28
FONTE: SEADE			

Outro item a ser analisado é ligado ao fator demográfico e significa a razão de dependência de menores de 15 anos somado aos maiores de 60 anos dividido por pessoas de 15 a 60 anos.

Como assinala KAGEYAMA (2008):

(...) a baixa renda per capita de uma família pode advir de apenas dois fatores imediatos: a) uma baixa renda média dos adultos; ou b) uma alta razão de dependência (...) (KAGEYAMA, 2008, p.133).

Ou seja, a razão de dependência é um fator considerado condicionante do desenvolvimento rural.

TABELA 08

RAZÃO DE DEPENDENCIA DEMOGRAFICA			
	1990	2000	2010
Estado de São Paulo	0,63	0,54	0,49
Região Administrativa de Campinas	0,64	0,54	0,48
Região Administrativa de Registro	0,84	0,70	0,64
Região Administrativa de São José dos Campos	0,67	0,55	0,49
FONTE: SEADE			

Conforme a tabela 08, todas as regiões administrativas analisadas, bem como o Estado de São Paulo apresentou diminuição da dependência demográfica, resultando, de certa forma, em uma renda disponível maior para as famílias, fruto de um aumento da renda bem como uma diminuição da taxa de natalidade. Novamente a região Administrativa de Campinas encontra-se em melhor situação (menor dependência) com seu valor praticamente igual à média do estado. A região de São José dos Campos

apresentou uma melhora significativa na dependência e também possui valor igual à média estadual no último período analisado e a Região de Registro encontra-se em pior situação, com a maior situação de dependência e possuindo uma grande diferença em relação à média estadual e as outras regiões administrativas analisadas.

Outro ponto a ser analisado refere-se à educação presente nas regiões. Dessa forma, as tabelas 09 e 10 serão utilizadas como base para o mesmo. A educação, conforme afirma KAGEYAMA (2008):

(...) um dos fatores reconhecidamente mais importantes para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento em geral é a educação, mesmo para as pessoas ocupadas do setor agrícola (...) (KAGEYAMA, 2008, p. 135).

TABELA 09

MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS (em anos)	
	2000
Estado de São Paulo	7,64
Região Administrativa de Campinas	7,42
Região Administrativa de Registro	6,3
Região Administrativa de São José dos Campos	7,71
FONTE: SEADE	

TABELA 10

TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS (%)		
	1991	2000
Estado de São Paulo	10,16	6,64
Região Administrativa de Campinas	10,45	6,71
Região Administrativa de Registro	18,03	11,84
Região Administrativa de São José dos Campos	9,62	6,22
FONTE: SEADE		

Analisando as duas tabelas acima, constatamos que a melhor região, diferentemente das tabelas anteriores, é a região de São José dos Campos, com índices, tanto de média de anos de estudos como alfabetização melhores que a média estadual. A região de Campinas está em um nível próximo à média estadual e a Região de Registro mais uma vez encontra-

se em pior situação. Porém, vale notar que, conforme a tabela 9, todas as regiões tiveram melhoras no índice de alfabetização, o que não deixa de ser um fator positivo para todas as regiões. Porém, a região de Registro ainda encontra-se distante da média estadual, mantendo-se na pior situação dentre os itens analisados.

Dando continuidade às análises, nas próximas tabelas se observa a participação da agropecuária na produção interna total, bem como os rendimentos da agricultura comparados aos outros setores da economia.

Assim, pela tabela 11, observa-se que a Região Administrativa que se encontra com maior vínculo de produção baseado na agropecuária é a região de Registro. Tendo essa região participação relativamente grande da agropecuária se comparado às outras médias regionais e estadual. A região de Campinas encontra-se próxima da média estadual e a Região administrativa de São José dos Campos encontra-se abaixo da média estadual, demonstrando que a vocação agropecuária (0,66% em 2008) da região é muito pequena se comparado aos outros setores.

TABELA 11

PARTICIPAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO (em %)			
	2000	2004	2008
Estado de São Paulo	1,37	2,18	1,45
Região Administrativa de Campinas	1,9	2,73	1,8
Região Administrativa de Registro	8,35	10,7	10,35
Região Administrativa de São José dos Campos	0,38	0,7	0,66
FONTE: SEADE			

A tabela 12 mostra o rendimento no geral oriundo de todos os setores da economia. Novamente, a região administrativa de Registro encontra-se com menor rendimento, estando consideravelmente abaixo da média estadual. A região administrativa de São José dos Campos encontra-se na média estadual e a região administrativa de Campinas um pouco abaixo da média.

TABELA 12

RENDIMENTO MÉDIO NO GERAL (Ano base = 2010 – Em R\$)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	1.804,99	1.720,88	1.903,11
Região Administrativa de Campinas	1.613,00	1.587,36	1.786,08
Região Administrativa de Registro	1.009,27	1.005,69	1.167,42
Região Administrativa de São José dos Campos	1.768,69	1.789,92	1.904,74
FONTE: SEADE			

Analisando separadamente os rendimentos dos setores, observa-se que o setor da agricultura (agropecuária) encontra-se com o menor rendimento, desde o início dos anos pesquisados se comparado a indústria e ao comércio. Salienta-se que a indústria encontra-se com maior rendimento médio, principalmente por que sua produção possui grande valor agregado. Dessa forma, as regiões administrativas de Campinas e São José dos Campos encontram-se com rendas médias altas na indústria, devido a sua vocação de regiões industriais, tecnológicas e de produção científica. Ao passo que a região de Registro, mesmo estando em uma região próxima da capital de São Paulo e do Paraná, encontra-se de certa forma vinculado ao setor da agricultura e comércio e não tão forte na indústria.

TABELA 13

RENDIMENTO MÉDIO NA AGROPECUÁRIA (Ano base = 2010 – Em R\$)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	725,55	803,11	1.064,13
Região Administrativa de Campinas	698,54	769,88	1.029,35
Região Administrativa de Registro	455,22	500,66	657,69
Região Administrativa de São José dos Campos	460,65	536,01	740,15
FONTE: SEADE			

TABELA 14

RENDIMENTO MÉDIO MASCULINO NA AGROPECUÁRIA (Ano base = 2010 – Em R\$)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	757,34	847,37	1.131,43
Região Administrativa de Campinas	733,73	812,44	1.098,36
Região Administrativa de Registro	460,40	502,33	662,84
Região Administrativa de São José dos Campos	465,58	540,27	744,35
FONTE: SEADE			

TABELA 15

RENDIMENTO MÉDIO - FEMININO NA AGROPECUÁRIA (Ano base = 2010 – Em R\$)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	548,69	595,55	796,8
Região Administrativa de Campinas	549,30	621,06	821,39
Região Administrativa de Registro	390,82	472,64	603,46
Região Administrativa de São José dos Campos	410,45	494,09	708,97
FONTE: SEADE			

TABELA 16

RENDIMENTO MÉDIO NA INDÚSTRIA (Ano base = 2010 – Em R\$)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	2.028,33	2.029,19	2.226,86
Região Administrativa de Campinas	1.941,91	1.967,17	2.136,92
Região Administrativa de Registro	1.740,89	1.588,18	1.495,32
Região Administrativa de São José dos Campos	2.938,58	3.064,35	3.261,84
FONTE: SEADE			

TABELA 17

RENDIMENTO MÉDIO NO COMÉRCIO (Ano base = 2010 – Em R\$)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	1.229,01	1.190,31	1.415,16
Região Administrativa de Campinas	1.106,39	1.052,36	1.314,74
Região Administrativa de Registro	811,75	791,97	987,54
Região Administrativa de São José dos Campos	927,83	944,56	1.088,12
FONTE: SEADE			

Para corroborar a vinculação da região administrativa de Registro com o setor agropecuário e de comércio, bem como a região de São José dos Campos e Campinas com relação à indústria e comércio, segue abaixo as tabelas referente aos vínculos empregatícios (conforme demonstrado nas tabelas 18 a 22).

TABELA 18

TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS (em habitantes)					
	1991	1995	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	7.627.906	7.708.277	8.049.213	9.760.764	12.873.605
Região Administrativa de Campinas	939.436	996.949	1.113.933	1.449.929	1.933.445
Região Administrativa de Registro	17.457	20.579	24.740	30.493	39.672
Região Administrativa de São José dos Campos	270.702	281.911	329.070	408.040	551.865
FONTE: SEADE					

TABELA 19

TOTAL DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NA AGRICULTURA (em habitantes)					
	1991	1995	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	129.438	322.751	312.872	336.138	331.411
Região Administrativa de Campinas	19.136	61.773	59.676	63.452	64.238
Região Administrativa de Registro	638	4.943	5.449	6.076	6.920
Região Administrativa de São José dos Campos	3.095	8.907	8.453	8.961	9.866
FONTE: SEADE					

TABELA 20

PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS NA AGROPECUÁRIA NO TOTAL DE VÍNCULOS (em %)					
	1995	2000	2005	2010	
Estado de São Paulo	4,19	3,89	3,44	2,57	
Região Administrativa de Campinas	6,2	5,36	4,38	3,32	
Região Administrativa de Registro	24,02	22,03	19,93	17,44	
Região Administrativa de São José dos Campos	3,16	2,57	2,2	1,79	
FONTE: SEADE					

Observa-se que a região de Registro possui uma parcela considerável de trabalhadores na agropecuária (17,44% em 2010 conforme tabela 20), porém, pode-se observar uma queda continua na parcela da agricultura no total de vínculos empregatícios. No entanto, conforme as tabelas observa-se que o setor de comércio se encontra em aumento continuo enquanto o setor industrial na região de Registro encontra-se “estável”.

De qualquer forma, observa-se que o comércio encontra-se com aumentos nos índices em todas as regiões administrativas pesquisadas (conforme tabela 22), enquanto o setor industrial encontra-se estável na região administrativa de Campinas e diminuindo sua participação na região administrativa de São José dos Campos.

TABELA 21

PARTICIPAÇÃO DOS VINCULOS EMPREGATÍCIOS NA INDÚSTRIA NO TOTAL DE VÍNCULOS (em %)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	24,03	23,49	22,53
Região Administrativa de Campinas	33,71	33,05	32,96
Região Administrativa de Registro	10,91	10,39	9,39
Região Administrativa de São José dos Campos	29,97	27,28	24,9
FONTE: SEADE			

TABELA 22

PARTICIPAÇÃO DOS VINCULOS EMPREGATÍCIOS NO COMÉRCIO NO TOTAL DE VÍNCULOS (em %)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	16,4	18,73	19,47
Região Administrativa de Campinas	17,68	20,2	20,3
Região Administrativa de Registro	21,5	21,36	23,68
Região Administrativa de São José dos Campos	18,7	20,47	20,14
FONTE: SEADE			

Analisando agora fatores relacionados estritamente ao espaço rural, tem-se as tabelas 23 a 25:

TABELA 23

VALOR MÉDIO DA TERRA NUA - CAMPO (em reais correntes / ha)				
	1995	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	2343,7	1615,29	4705,26	7533,9
Região Administrativa de Campinas	3232,59	2441,66	4772,06	10674,2
Região Administrativa de Registro	154,96	637,05	578,51	2448,35
Região Administrativa de São José dos Campos	872,73	886,45	1688,83	5421,09
FONTE: IEA				

TABELA 24

PREÇO MÉDIO PAGO NA COLHEITA - CANA DE AÇUCAR (Em reais correntes/Ton)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	1,75	3,11	3,93
Região Administrativa de Campinas	1,77	3,56	4,27
Região Administrativa de Registro	-	-	3
Região Administrativa de São José dos Campos	3,27	5,77	4,62
FONTE: IEA			

TABELA 25

SALÁRIO MÉDIO NO CAMPO - FUNÇÃO: ADMINISTRADOR (em reais correntes)			
	2000	2005	2010
Estado de São Paulo	476,51	725,48	1146,03
Região Administrativa de Campinas	578,4	891,61	1327,81
Região Administrativa de Registro	477,14	618,75	1005
Região Administrativa de São José dos Campos	424,97	639,17	1061,04
FONTE: IEA			

Através da tabela 23, observa-se que o hectare mais caro dentre as regiões pesquisadas é a Região Administrativa de Campinas, estando consideravelmente acima da média em todos os períodos analisados. A Região Administrativa de São José dos Campos encontra-se abaixo da média, porém em melhor situação que a Região Administrativa de Registro.

Além disso, o preço médio pago na colheita de cana-de-açúcar conforme a tabela 24 (um dos produtos mais tradicionais do Estado de São Paulo) tem como Região de maior valor São José dos Campos seguido por Campinas (ambas acima da média), e por último (e abaixo da média) a Região Administrativa de Registro.

Ainda analisando fatores ligados estritamente ao espaço rural, tem-se a tabela 25 que demonstra os salários pagos para o cargo de administrador no campo. Como resultado tem-se que a Região Administrativa de Campinas encontra-se com maiores rendimentos (acima da média), seguido por São José dos Campos e por último a Região Administrativa de Registro.

Desse modo, analisando os dados ligados ao espaço rural, tem como resultado que a Região Administrativa de Campinas obteve os melhores resultados no geral, seguido novamente por São José dos Campos e em último lugar a Região de Registro. Pensando no

desenvolvimento rural, como integração campo x cidade e desenvolvimento econômico e social, percebe-se que no campo, a região administrativa de Registro está mais longe de estar desenvolvida se compararmos com as outras regiões estudadas, bem como em relação a média estadual. Teoricamente, um maior valor da terra, demonstra sua importância na região e sua produtividade, bem como maiores salários significam maiores rendimentos, tanto dos funcionários que trabalham na agricultura, bem como dos espaços agrícolas que produzem mais e possibilitam pagarem maiores salários. A produtividade agrícola também influencia positivamente o desenvolvimento rural, possibilitando maior produção com menor custo, bem como a utilização da mão-de-obra para atividades não agrícolas.

Dessa forma, analisando os índices estudados para o Estado de São Paulo e as Regiões Administrativas de Campinas, Registro e São José dos Campos, observa-se que existe uma considerável discrepância de valores e índices, tanto quando analisamos a questão populacional, quanto de renda e educação.

Assim, corrobora-se a idéia do livro de KAGEYAMA (2008) de que as desigualdades estudadas nos estados brasileiros em relação ao país como um todo, também existe dentro de um estado em relação as suas regiões administrativas no caso estudado.

Além disso, vários questionamentos podem ser realizados baseados nos resultados encontrados. Porque a Região Administrativa de Campinas encontra-se com melhores índices na maioria dos itens estudados? Porque a Região Administrativa de São José dos Campos teve um declínio considerável na participação da indústria e porque o setor agrícola não é representativo, mesmo possuindo vasto território e cidades pequenas ao redor de São José dos Campos? Por que a Região Administrativa de Registro possui os piores índices entre as três regiões administrativas estudadas, mesmo estando em uma região entre a capital de São Paulo e do Paraná?

A região administrativa de Campinas, através dos dados analisados, possui a melhor condição de vida e de desenvolvimento, seja econômico e rural, ao passo que a região de Registro encontra-se em uma situação inferior a média estadual e longe de conseguir alcançá-la.

De qualquer forma, o desenvolvimento rural esta presente em todas as regiões, e uma das novas formas de utilização do espaço agrícola, que é o turismo ecológico ou de aventura, pode ser utilizado pelas regiões como forma de integração e desenvolvimento regional.

Porém, ainda são necessários maiores ações do Estado, seja no âmbito Federal ou Estadual, para que o desenvolvimento ocorra de forma ordenada e ajudando todas as

regiões do Estado, pois, mesmo sendo um Estado muito rico financeiramente, ainda possui regiões que carecem de infra-estrutura e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural fica prejudicado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços sociais estão em constante transformação, principalmente nas últimas décadas como resultado principalmente da maior interdependência, seja entre cidades, estados, países ou continente. E uma das maiores modificações ocorridas foi em relação ao espaço agrário brasileiro.

O país mudou de uma produção principalmente um bem para exportação e geração de divisas (seja a época do ouro, da pecuária, da cana-de-açúcar ou do café) para um país que produz desde produtos da indústria metalúrgica assim como produtos minerais e naturais.

O Brasil é atualmente um dos maiores produtores agrícolas do mundo, exportando para várias regiões e auxiliando no superávit da balança comercial (gerando divisas para o país). Além disso, possui uma agroindústria com tecnologia de ponta, além de universidades e institutos de pesquisa com reconhecimento mundial (como a EMBRAPA) que auxiliam no ganho de produtividade e de alternativas de plantios.

Porém, mesmo com a transformação vigente, com aumento de renda e diminuição da desigualdade social, ainda tem muito para ser feito, principalmente através das políticas públicas para que o desenvolvimento seja o mais igualitário possível e privilegia não apenas a área urbana, mas também a área rural e, dentro da mesma, tanto os grandes produtores rurais, quanto os agricultores familiares e de subsistência.

Algumas políticas para o setor agrícola têm sido feitas, como o crédito rural para custeio e investimento, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conforme assinala NAVARRO (2001):

(...) o crescimento econômico e as transformações sociais e políticas (sobretudo as lições e os resultados do desenvolvimento agrário brasileiro) nas últimas três ou quatro décadas criaram condições e circunstâncias inteiramente novas para a materialização de tal objetivo (...) (NAVARRO, 2001, p. 91)

Além das políticas públicas voltada para a produção, aumento de renda e possibilidades de expansão do espaço rural, deve-se lembrar também do turismo rural

como forma de utilização do campo. Conforme assinala o site do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

(...) o turismo rural é um forte aliado para manter as famílias no campo, sendo uma proposta de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida tradicionais, a ruralidade e o contato harmonioso com o ambiente natural, ou seja, o turismo rural é um segmento que visa à valorização da vida no campo, bem como a melhoria da qualidade de vida para as populações receptoras. Além disso, o intercâmbio cultural e a experiência adquirida pelo turista no contato com a natureza podem trazer inúmeros benefícios para ambas às partes (...) (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Além de contribuir para um aumento da renda dos agricultores e uma nova alternativa de renda, o contato com os turistas permite um intercâmbio cultural, além de auxiliar no associativismo e empreendedorismo.

Assim, a atuação do Estado deve se fortalecer, pautada principalmente em um mix de políticas, que contemplem vários grupos e que leve ao desenvolvimento no geral e não apenas de uma parte ou região. Uma das formas de conseguir o desenvolvimento é através de iniciativas locais. Conforme assinala GEHLEN (2004):

(...) O desenvolvimento local resulta da potencialização da participação dos beneficiários, através de iniciativas comunitárias, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas. Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural ou também chamado capital social. Parte-se de diagnósticos para identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em planos integrados de desenvolvimento (...) (GEHLEN, 2004, p.102).

Além dos programas citados anteriormente, existem outros de secretarias municipais, estaduais ou federais, voltado a setores e públicos específicos. A atuação de forma regional, ou mesmo municipal pode auxiliar de forma efetiva o desenvolvimento, uma vez que o controle da atuação pode ser maior e até mesmo mais produtivo, uma vez que uma ação local pode ser mais eficaz já que as demandas das regiões são diferentes.

Além disso, um aspecto em relação ao desenvolvimento que atualmente é discutido, diz respeito à sustentabilidade ambiental, pois os efeitos nocivos ao meio ambiente estão cada vez mais em pauta.

Conforme argumenta ALMEIDA (1997):

(...) os conceitos de desenvolvimento agrícola sustentável incorporam, de um modo geral, as preocupações de integrar a produtividade dos sistemas agrícolas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais (...) (ALMEIDA, 1997, p.47).

Ou seja, não basta ocorrer o desenvolvimento como forma de aumento de produtividade, ou mesmo aumento na área de plantação. É necessário analisar os impactos no presente e no futuro das ações atuais, para que o desenvolvimento de hoje, não acarrete em uma perda para as gerações futuras. Ou seja, é possível aliar sustentabilidade na produção rural e preservação das florestas.

Assim, a análise do Desenvolvimento Rural nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo tem como resultado final que a região que tende a ter maior dinamismo e, conseqüentemente, que possibilita maior desenvolvimento rural é a Região Administrativa de Campinas, seguida por São José dos Campos e por último Registro.

Essa tendência é baseada nos dados econômicos das tabelas 1 a 25 e na trajetória econômica das Regiões Administrativas, uma vez que a Região Administrativa de Campinas é uma das mais desenvolvidas do Brasil, com um pólo de tecnologia de ponto e os setores econômicos fortemente interligados, assim como a Região Administrativa de São José dos Campos. Além disso, a Região Administrativa de Campinas apresentou os melhores índices em grande parte dos dados estudados, assim como a Região Administrativa de Registro encontra-se com os piores índices entre as regiões.

Desse modo, percebe-se que mesmo dentro de um estado brasileiro desenvolvido (como o caso de São Paulo), ainda encontra-se uma grande discrepância entre as regiões. Assim, é necessário um olhar do Estado para as necessidades específicas de cada região, para que o desenvolvimento possa ser melhor distribuído e benéfico para a maioria da população.

Assim, as políticas públicas (seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal) devem ser efetivas e contínuas para que o Brasil continue se desenvolvendo e permitindo que cada vez mais os brasileiros possam ter uma melhor qualidade de vida e possibilidade de

crescimento, seja atuando no espaço agrícola como proprietário de terra, trabalhador rural, através de atividades não agrícolas ou na área urbana

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Economia Aplicada. V 14, n2, abr-jun/2000, p. 379-397.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) .** TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 641 - Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, 1999.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Revista Educação Agrícola Superior, Brasília, v. 15, n. Especial, p. 51-85, 1997.

ANJOS, Flavio Sacco dos. **Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas.** Estudos Sociedade e Agricultura. 17 de outubro de 2001: 54-80.

BALSADI, Otavio Valentim. **O novo rural paulista: evolução e perspectivas.** Estudos Sociedade e Agricultura. 17 de outubro de 2001: 81-103.

FAVARETO, Alirson da. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** Tese parcial de doutorado (FEA/USP). São Paulo. 2006.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras.** Estudos Sociedade e Agricultura. 14 de Outubro de 2002:28-46.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural.** São Paulo em perspectiva. Número: 18: p 95 – 103, 2004.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre. Editora: UFRGS. 2008. 1ª edição.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Avançados. Número 43: p 83-100, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações.** Sociologias, Porto Alegre, ano seis, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica.** São Paulo. Editora: USP. 2007. 2ª edição.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados. Número 43: p.101-19, 2001.

VEIGA, José Eli da. **A dimensão rural do Brasil.** Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. Vol 12, n1, 2004, p 71-94.

VEIGA, José Eli da. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados. p 51-67, 2004.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro** . Estudos Avançados. Número 43: p 37-50, 2001.

Disponível em <<http://www.ufrj.br/cpda/main/static.php?url=perfil.php>>. **Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. Acesso em 22 de Agosto de 2011.

Disponível em <<http://www.iea.usp.br/revista/>> **Estudos Avançados – USP**. Acessos em 25 de Agosto de 2011 e 19 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Acesso em 03 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://www.incra.gov.br/portal/>>. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Acesso em 02 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acesso em 13 de Agosto de 2011.

Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Acessos em 15 de Setembro de 2011, 13 de Outubro de 2011 e 09 de Novembro de 2011.

Disponível em <<http://www.nead.gov.br/portal/nead/institucional/en/weblog-portlet>>. **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural**. Acesso em 18 de Agosto de 2011.

Disponível em <<http://www.seade.gov.br/>>. **Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo**. Acesso em 16 de Agosto de 2011, 05 de Setembro de 2011 e 20 de Outubro de 2011.

Disponível em <http://europa.eu/pol/agr/index_pt.htm>. **União Européia**. Acesso em 15 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://www.ieei.pt/>> **Instituto de estudos estratégicos e internacionais**). Acesso em 16 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-historia.php>> . Acesso em 20 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://ceapla2.rc.unesp.br/atlas/regiaoadministrativa.pdf>>. **Secretária de economia e planejamento – Governo do Estado de São Paulo**). Acesso em 12 de Setembro de 2011.

Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/condraf/programas/teste>>. **Política de Desenvolvimento Rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Acesso em 07 de novembro de 2011.

s/a. Gerador de Tabelas. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 15/09/2011.